

**X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**Relatório da Audiência concedida à ANIL, ANIT-LAR, ANIVEC/APIV**

Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito reuniu, pelas 11 horas e 30 minutos, um Grupo de Trabalho em representação da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR) com representantes da *Associação Nacional dos Lanifícios (ANIL)*, *Associação Nacional das Indústrias de Têxteis-Lar (ANIT-LAR)* e *Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção (ANIVEC/APIV)*.

A audiência foi concedida na sequência do pedido dirigido por este conjunto de Associações ao Presidente da Assembleia da República, que posteriormente o encaminhou para a CAEIDR, a qual diligenciou a concretização da audiência.

O Grupo de Trabalho era constituído pelos seguintes Srs. Deputados:

- Hortense Martins (PS), Coordenadora
- Miguel Laranjeiro (PS)
- Emídio Guerreiro (PSD)
- Agostinho Lopes (PCP)

A Delegação da ANIL, ANIT-LAR e ANIVEC/APIV era constituída pelos seguintes elementos:

- Amadeu Fernandes, Presidente da ANIT-LAR
- Eng. José Robalo, Presidente da ANIL
- Orlando Lopes da Cunha, Presidente da ANIVEC-APIV
- José Machado, ANIT-LAR
- Dr. Luís Ribeiro Fontes, ANIT-LAR
- Luís Sistelo, ANIVEC-APIV
- António da Costa Oliveira, ANIVEC-APIV

**Assunto:** *Situação do Sector Têxtil em Portugal.*

A Sra. Deputada Hortense Martins iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos representantes das diversas Associações e apresentando os Srs. Deputados presentes. De seguida, deu conta do modo de condução da audiência, tendo, seguidamente, dado a palavra ao Eng. José Robalo.

O Eng. José Robalo apresentou a delegação presente das diversas Associações e os motivos que levaram estas entidades a solicitar uma audiência à Assembleia da República. De seguida, o Dr. Luís Ribeiro Fontes apresentou um dossier técnico<sup>1</sup>. Entre outros aspectos, considerou que, para além da morosidade existente nos processos, o QREN não está concebido do melhor modo com vista à promoção do desenvolvimento do sector têxtil num contexto de globalização e competitividade internacional acrescida.

Seguidamente, o Dr. Costa Oliveira referiu as dificuldades existentes a nível fiscal, nomeadamente no contexto da execução de penhoras, que, nos moldes em que estão a decorrer,

<sup>1</sup> O dossier distribuído faz parte do espólio da CAEIDR, podendo ser consultado.

impedem o normal funcionamento das empresas. Reforçou que as empresas devem cumprir as suas obrigações, nomeadamente as de carácter fiscal, porém tal não deve impedir a sua normal laboração, devendo ser distinguidas as situações de inviabilidade económica daquelas em que existe uma má conjuntura financeira mas em que a empresa continua a ser economicamente viável. Opinou ainda sobre a morosidade do sistema judicial português, nomeadamente na devolução às empresas de imposto indevidamente cobrado. Concluiu, referindo ser necessário um tratamento que evite que as empresas saiam do mercado quando são economicamente sustentáveis.

A Sra. Deputada Hortense Martins agradeceu a intervenção e as informações apresentadas. Recordou estarem presentes Deputados membros de outras Comissões Parlamentares, nomeadamente a Comissão de Orçamento e Finanças e a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, o que poderia ser profícuo na análise destas matérias. De seguida, passou a palavra aos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes deu conta da preocupação do PCP pela menorização, por parte do Governo, quanto aos problemas do sector, nomeadamente em matéria de política salarial, da prossecução de alternativas para reduzir os custos de produção (nomeadamente em matéria de energia), da defesa dos interesses nacionais nas relações comerciais com países terceiros. Criticou o fundo europeu de ajustamento à globalização, concedido a uma empresa que se deslocalizou. De seguida, manifestou a preocupação com o QREN, os seus objectivos, regulamentação e atraso na implementação. Concordou com os argumentos apresentados em matéria de política fiscal. Finalmente, questionou os representantes das Associações se tinham sido recebidos pelo Sr. Ministro da Economia e da Inovação (MEI).

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro recordou as reuniões já havidas no âmbito do sector têxtil e o trabalho desenvolvido, desde 2005, pelo Grupo de Trabalho da CAEIDR responsável pelo acompanhamento desta matéria. Frisou a existência de vários problemas, nomeadamente em matéria de política fiscal, execução de penhoras e implementação do QREN, que impede a alavancagem por parte das empresas. Considerou existir uma falta de recursos humanos no IAPMEI, pela constatação da falta de resposta em tempo útil às solicitações efectuadas. Recordou que o MEI aponta as exportações do sector têxtil como um bom exemplo, mas questionou sobre o efeito líquido no sector produtivo e social nacional. Considerou ser necessário apresentar recomendações ao Governo e surgirem iniciativas legislativas, tendo em consideração o consenso existente nesta matéria.<sup>2</sup>

A Sra. Deputada Hortense Martins recordou que a CAEIDR iria debater brevemente a constituição de Grupos de Trabalho – incluindo o respeitante ao acompanhamento do sector têxtil.

O Sr. Deputado Miguel Laranjeiro considerou que o PS não contribuiu para afundar e denegrir o sector têxtil, realçando a importância deste sector para o emprego, a criação de riqueza e as exportações. Recordou, em matéria de questões laborais, que após a apresentação do Livro Branco das Relações Laborais, a proposta de revisão do Código do Trabalho irá entrar em período de concertação social e só posteriormente será apresentada na Assembleia da República. Opinou que,

---

<sup>2</sup> Nesta matéria, recordou a petição apresentada pela ACTE, em sede de audiência na CAEIDR decorrida em 19 de Dezembro de 2007.

em matéria de flexigurança, não é possível copiar o modelo vigente noutros países. Recordou o acordo alcançado pelo Governo, em matéria da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), até 2011. Finalmente, questionou os representantes das Associações sobre se consideram existirem dificuldades acrescidas no sector têxtil ao nível de desemprego justificadamente causadas pela globalização de modo a pedir a intervenção do fundo europeu de ajustamento à globalização. Questionou ainda sobre o regresso de empresários após uma primeira saída do mercado nacional. Concluiu, referindo, que quer no âmbito do GT, quer individualmente como Deputado, tudo fará em defesa do sector têxtil e do emprego, bem como da riqueza e exportações que este gera.

A Sra. Deputada Hortense Martins recordou que foi colocada ao MEI uma questão em matéria do QREN e foi explicitado que este engloba uma discriminação positiva das PME's e do interior.

O Dr. Amadeu Fernandes informou que o aumento do valor das exportações decorre do aumento do preço das matérias-primas, registando-se, igualmente, um aumento do valor das importações. Considerou a que a política europeia serve os grandes distribuidores europeus, e que a situação em matéria de emprego não é mais grave porque parte da população está a trabalhar em Espanha. Reforçou que tem sido na Assembleia da República que estas empresas têm encontrado algum apoio, em particular no âmbito da actividade do GT do Sector Têxtil.

O Dr. Costa Oliveira referiu que os problemas verificam-se não só em termos de relacionamento entre as empresas e a administração fiscal, mas também ao nível da legislação, considerando que as empresas não podem ser utilizadas como cobradoras de impostos de entidades terceiras.

A Sra. Deputada Hortense Martins recordou que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, em sede de audição na COF, acentuou a importância de garantir um equilíbrio entre a concessão das garantias dos contribuintes e a importância do cumprimento fiscal.

O Dr. Amadeu Fernandes confirmou registar-se o regresso de empresários que se haviam deslocado (nomeadamente para a China), considerando serem empresários de pequena dimensão, que não conseguem conferir sustentabilidade ao sector (dada a sua reduzida dimensão, não conseguem ter economias de escala pelo que o custo unitário de produção aumenta).

O Dr. Ribeiro Fontes reforçou a importância da audiência com a CAEIDR; deu conta que este conjunto de Associações foi recebido pelo MEI após 27 meses de espera. Reforçou que o que aumenta em termos de valor das exportações do sector têxtil e vestuário não resulta do aumento da actividade do sector, mas do custo das matérias-primas.

O Eng. José Robalo referiu, no que diz respeito à RMMG, que o acordo contempla apenas um lado do problema, com a agravante de se basear em projecções que se têm revelado irrealistas. Concordou com o referido quanto à necessidade de ir para além do relatório produzido pelo Grupo de Trabalho de acompanhamento do Sector Têxtil. Deu conta de ter sido informado sobre estar em elaboração um programa sectorial do QREN, pelo que considera que deveria existir, igualmente, um para o sector têxtil. Concluiu, referindo que a situação é de tal modo grave que existe um consenso generalizado entre as associações empresariais e os sindicatos do sector.

A Sra. Deputada Hortense Martins agradeceu as intervenções dos Srs. Deputados e os esclarecimentos prestados pelos representantes das Associações Empresariais. Deu conta que o relatório da audiência será apreciado em sede da CAEIDR, que deliberará sobre as eventuais diligências a tomar e delas dará conhecimento às Associações, não invalidando eventuais tomadas de posição dos Grupos Parlamentares sobre esta matéria. A Sra. Deputada deu por terminada a audiência pelas 13 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado o presente relatório, o qual, depois de lido e aprovado, será devidamente assinado.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2008.

A Deputada Coordenadora,

(Hortense Martins)

**Nota:** Aprovado em reunião da CAEIDR de 25 de Março de 2008.